



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

ATA DE REUNIÃO

4ª Reunião Ordinária do
Comitê Orçamentário de 1º e 2º Grau

.1 Identificação da reunião:

Data	Horário de Início	Local
15/10/2018	09:00hs	Sala Branca – Tribunal Pleno

MEMBROS		CARGO
1	ALTAMIR DE ALENCAR PIMENTEL FILHO	SUPLENTE
2	BENEDITO VENÂNCIO DA F. JÚNIOR	TITULAR
3	CARLOS MARTINS BELTRÃO FILHO	COORDENADOR
4	DIEGO GARCIA OLIVEIRA	TITULAR
5	DOMINGOS GUALBERTO DE OLIVEIRA	TITULAR
6	FÁBIO BRITO DE FARIA	TITULAR
7	HIGOR RODRIGUES LEAL	TITULAR
8	JOÃO RAMALHO ALVES DA SILVA	TITULAR
9	JOSINALDO SANTANA DOS SANTOS	TITULAR
10	PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO RANGEL	TITULAR
11	VLADINEI GONZAGA DOS SANTOS	SUPLENTE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

.2 Pauta

I – Abertura

II – Execução Orçamentária de 2018

III – Orçamento 2019

IV – Comparativo da receita do Fundo Especial dos Tribunais de Pequeno Porte

V – Situação do Processo do ICMS

VI – Adm's Eletrônicos – recomendações Reunião 03/09/2018

VII – Encerramento e Deliberações

.3 Debates

Dº Carlos Beltrão abriu a reunião justificando as suas ausências em algumas reuniões devido a suas atribuições junto ao TRE e a viagens. Carol justificou a ausência de Tony Márcio, devido às férias, e iniciou a apresentação da pauta do dia.

Ela começou a apresentação do item 2 da pauta exibindo o fluxo de caixa do tribunal. Especificou os recursos oriundos do Tesouro e os do Fundo Especial (FE), referente à execução orçamentária de 2008 até o mês de setembro. Disse que há um Mandado de Segurança (MS) cobrando a diferença que o Executivo não repassou ao tribunal referente ao período de janeiro a março, o qual se encontra em negociação e vale em torno de 5 milhões. Em termos práticos, o tribunal tem até o dia 10 de novembro para poder solicitar ao Executivo alguma reprogramação orçamentária e, provavelmente, não terá tempo hábil para incluir esse incremento do MS. Carol informou que o governo tem a intenção de repassar essa diferença, mas que há outros pontos a serem discutidos. Os membros afirmaram entre si que o tribunal possui autonomia financeira e que esse repasse é uma determinação legal.

Em seguida, Carol discriminou as despesas passando por cada uma das categorias do fluxo de caixa e trazendo as projeções de despesa do orçamento para os últimos meses do ano (outubro, novembro e dezembro). Nessas projeções, consta uma provisão de recursos para uma possível nomeação de 5 técnicos judiciários. Com relação à data-base dos servidores, o membro Vladinei questionou se houve simulação do impacto financeiro no orçamento do tribunal. Carol, informou que esses dados não constam na projeção, que trata-se de um retrato do orçamento até o final do ano, mas que poderá servir de margem de negociação para os sindicatos junto com a Presidência. No final, não houve dúvidas dos presentes quanto ao apresentado.

Erivalda apresentou o item 3 da pauta. Informou que o orçamento para 2019 tem uma previsão de mais de 619 milhões, que continua a mesma desde 2016. Disse também que ainda não publicaram o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) para 2019. Já a proposta orçamentária do tribunal foi encaminhada ao Legislativo e será publicada no site



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

do tribunal, mesmo antes da Lei Orçamentária Anual (LOA) seja publicada por conta de uma exigência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Carol repassa as informações sobre o item 5 da pauta acerca do processo acerca da questão do ICMS. O processo está na Diretoria Jurídica e ela procurou saber de Haroldo, diretor jurídico, sobre a sua situação. Ele informou que, além de estar no final da gestão, há uma jurisprudência no Supremo Tribunal Federal (STF) que refuta tais interesses, apesar de entender de serem devidos. Então, considerando todas essas premissas, o parecer da diretoria foi recomendar que a Presidência não busque o enfrentamento da questão.

Carol iniciou a apresentação do item 4 da pauta sobre o comparativo da receita do FE dos Tribunais de Pequeno Porte da Região Nordeste. Ela observou e destacou o grande volume de investimentos desses tribunais em comparação ao que acontece no tribunal paraibano. Constatou-se que grande parte dos investimentos daqueles tribunais foram oriundos do FE.

Sobre o item 6 da pauta, Carol informou que foram criados dois processos administrativos eletrônicos: um para a demanda do membro Benedito sobre a sugestão de incremento da data-base dos servidores e da indenização de transporte dos oficiais de justiça; e outro sobre os diversos encaminhamentos sugeridos pelo comitê, na última reunião, com o objetivo de racionalizar ou reduzir as despesas do poder judiciário. Quanto ao encerramento das despesas com contratos após a construção do Complexo de Mangabeira, um dos encaminhamentos relatados no segundo processo, Alysson da Diretoria de Gestão Estratégica repassou a informação sobre o andamento dos três contratos que seriam encerrados após a construção do complexo: um deles já foi entregue e efetivamente encerrado; o segundo era referente ao Almoxarifado Central e será entregue até novembro, pois a demora foi devida ao lento processo de desocupação do prédio que com o tempo se transformou também em depósito; e quanto ao terceiro, o de menor valor, os bens não foram transferidos ao complexo por falta de espaço no complexo para abrigá-los e o contrato precisará ser renovado.

Nas considerações finais da reunião, foram discutidos os seguintes assuntos:

1. Carol repassou as informações acerca da pequena reforma administrativa que será tema de discussão de reunião na próxima segunda-feira. Comentou a proposta da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB) sobre a extinção de cargos e a não criação de novos no âmbito do 2ª grau.

2. Sobre o limite fiscal, Ronald da Diretoria de Economia e Finanças falou sobre o aumento da Receita Corrente Líquida (RCL) do tribunal, 5,59%, que ficou um pouco acima



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

da recomendação do CNJ, 5,40%. Os membros questionaram acerca da existência de prédios cedidos pelo tribunal a outros órgãos, mas que continua a pagar suas despesas.

3. Os membros discutiram sobre a execução orçamentária do tribunal em relação aos outros Estados. Dº Gilberto sugeriu conhecer, pelo menos, superficialmente, sobre o que esses tribunais estão fazendo para poder economizar recursos e realizar investimentos.

DELIBERAÇÕES

Saber o que os outros tribunais estão fazendo para poder realizar investimentos

Encaminhar aos membros a jurisprudência do processo sobre ICMS

Saber se o tribunal continua arcando com as despesas relativas aos prédios cedidos a outros órgãos



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO 1º E 2º GRAU

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 15/10/18 - 09h

LISTA DE PRESENÇA

PARTICIPANTE		CARGO	CATEGORIA	ASSINATURA
	CARLOS MARTINS BELTRÃO FILHO	DESEMBARGADOR	COORDENADOR	
1	ADHEMAR DE PAULA LEITE F. NETO	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
2	ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCÃO	TITULAR	ELEIÇÃO	
3	ALTAMIR DE ALENCAR PIMENTEL FILHO	SUPLENTE	ASSTJE	
4	ANTÔNIO EUGÊNIO LEITE F. NETO	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
5	ARNÓBIO ALVES TEODÓSIO	SUPLENTE	ESCOLHA DO PLENO	
6	BENEDITO VENÂNCIO DA F. JÚNIOR	TITULAR	SINDOJUS	
7	BRUNO MEDRADO DOS SANTOS	SUPLENTE	ESCOLHA DO PLENO	
8	CAMILO DE SOUSA AMARAL	SUPLENTE	ASTAJ	
9	CARLOS EDUARDO LEITE LISBOA	SUPLENTE	PRESIDÊNCIA	
10	CLEBERSON SANTANA DE ARAÚJO	TITULAR	ESCOLHA DO PLENO	
11	DIEGO GARCIA OLIVEIRA	TITULAR	ELEIÇÃO	
12	DOMINGOS GUALBERTO DE OLIVEIRA	TITULAR	ELEIÇÃO	
13	FÁBIO BRITO DE FARIA	TITULAR	ELEIÇÃO	
14	FÁBIO JOSÉ DE LIMA CHAGAS IRMÃO	TITULAR	ELEIÇÃO	
15	FALKANDRE DE SOUSA QUEIROZ	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
16	FILLIPE AMORIM FIRMO DA SILVA	TITULAR	ELEIÇÃO	
17	GILBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES	TITULAR	AMPB	
18	GUSTAVO PESSOA TAVARES DE LYRA	TITULAR	ELEIÇÃO	
19	HIGOR RODRIGUES LEAL	TITULAR	PRESIDÊNCIA	
20	JOÃO RAMALHO ALVES DA SILVA	TITULAR	SINJEP	
21	JOSINALDO SANTANA DOS SANTOS	TITULAR	ELEIÇÃO	
22	LEANDRO DOS SANTOS	TITULAR	AMPB	
23	MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS	TITULAR	ESCOLHA DO PLENO	
24	MARISA ALVES TOSCANO DE BRITO	SUPLENTE	ESCOLHA DO PLENO	
25	PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO RANGEL	TITULAR	ELEIÇÃO	
26	PERILO RODRIGUES DE LUCENA	TITULAR	ESCOLHA DO PLENO	
27	PHILIPPE GUIMARÃES PADILHA VILAR	SUPLENTE	AMPB	
28	ROBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES	SUPLENTE	PRESIDÊNCIA	
29	RODRIGO MARQUES SILVA LIMA	TITULAR	PRESIDÊNCIA	
30	SILAS NERI CARLOS	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
31	RONALD CAVALCANTE GERENTE	GERENTE	FINANÇAS	
32	FRIVALVA RODRIGUES DUARTE	II	GEOSCE	
33				
34				
35				